



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

JOHN BRYAN LIMA DA SILVA ARAÚJO

**A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ / PB.**

**SUMÉ - PB
2019**

JOHN BRYAN LIMA DA SILVA ARAÚJO

**A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ / PB.**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientadora: Professora Dr^a Karlla Karolinne França Lima.

**SUMÉ - PB
2019**

A659f Araújo, John Bryan Lima da Silva.
A função social da Universidade Federal de Campina Grande no desenvolvimento do Município de Sumé / PB. / John Bryan Lima da Silva Araújo. - Sumé - PB: [s.n], 2019.

30 f.

Orientadora: Professora Dr^a Karlla Karolinne França Lima.

Artigo Científico - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Universidade Federal de Campina Grande - Função social. 2. Educação superior. 3. Desenvolvimento municipal. 4. Universidade e desenvolvimento local. I. Lima, Karlla Karolinne França. II. Título.

CDU: 378:(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

JOHN BRYAN LIMA DA SILVA ARAÚJO

**A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE NO DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SUMÉ / PB.**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:

Karlla Karolinne França Lima

Prof^a. Mestra Karlla Karolinne França Lima
Orientadora – CDSA/UFCG

Allan Gustavo Freire da Silva

Prof. Mestre Allan Gustavo Freire da Silva
Examinador 01 – CDSA/UFCG

Andrezza Marianna Pinto de Oliveira

Prof^a. Mestra Andrezza Marianna Pinto de Oliveira
Examinador 02 –

Aprovação em 08 de Julho de 2019.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e por me proporcionar chegar até aqui.

À minha família por toda dedicação e paciência, em especial minha mãe a qual sempre esteve presente em meu percurso, contribuindo bastante em todos esses anos.

Aos professores pela sua disponibilidade sempre que foi preciso, em especial a minha professora e orientadora.

A todos os amigos que se fizeram presentes compartilhando vários momentos.

|

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma reflexão sobre a investigação das contribuições que a implantação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Campina Grande trouxe ao município de Sumé/PB, observando as novas práticas que envolvem o universo educacional brasileiro, sua importância, fatos relevantes, e os projetos de desenvolvimento social. Assim, partindo desse pressuposto, justifica-se a investigação acadêmica para coletar e mostrar os pontos principais do desenvolvimento social de uma instituição de grande porte. Tendo em vista os principais programas e a realidade da educação superior no Brasil, através de levantamento bibliográfico, buscou-se resultados práticos, que possam indicar os reflexos e avaliar os impactos e benefícios da Universidade Federal de Campina Grande no município de Sumé/PB, analisando indicadores de desenvolvimento social, compreendendo seus planos e projetos. Os resultados de tal pesquisa mostram a importância da universidade no desenvolvimento local, no acesso à educação a nível superior com participação direta na sociedade.

Palavras-Chave: Universidade. Educação. Desenvolvimento social. Desenvolvimento local.

ABSTRACT

This essay approaches how the implantation of the Center of Sustainable Development of the Federal University of Campina Grande has contributed to the development the municipality of Sume / PB, observing the new practices applied in the Brazilian educational universe, its importance, and social development projects. Thereby, supported by this hypothesis, justify the Academic Research as an efficient method to collect and demonstrate the main points of Social deployment of a large Institution. Based on the hider programs and the currently Higher Education Brazilian reality, through a bibliographical survey, it was sought practical results that could indicate the reflexes and evaluate the impacts and benefits of the Federal University of Campina Grande in the municipality of Sumé / PB, analyzing indicators of social progress, including their plans and projects. The Survey results testify the importance of the university in local development and in access to Higher Education, considering society participation.

Key-words: University, Education. Social Development. Local development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Universidades do Brasil.....	13
Tabela 2 - Número de matrículas x vagas	16
Tabela 3 - Bolsas aplicadas	17

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	REVISÃO DA LITERATURA	10
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	10
3	OBJETIVOS	24
4	METODOLOGIA	25
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

Inaugurada em 09 de abril de 2002, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), vem escrevendo sua história em todas as cidades na qual está instalada, gerando mudanças econômicas, sociais, culturais e urbanas. Com a tradição de excelência, a Universidade Federal de Campina Grande já nasceu com uma estrutura multicampi, com centros de ensino nas cidades de Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa, Cuité, Pombal e Sumé, totalizando sete campi.

O presente estudo direciona o olhar para o desenvolvimento social do município de Sumé/PB após a implantação da Universidade Federal de Campina Grande, buscando através de análises se já houve alguma contribuição ou impactos e assim mensurar de forma exploratória, os indicadores que comprovam o seu desenvolvimento social, tanto na área educacional, como na geração de emprego e rendas para o município.

Tendo em vista a importância de um centro de excelência como a Universidade Federal de Campina Grande no município, passa-se a questionar suas vantagens reais para o município e localidade, assim partindo desse pressuposto, justifica-se a investigação acadêmica para coletar e conhecer os pontos mais relevantes do desenvolvimento social, com a instalação de uma grande instituição de ensino.

Por se tratar de um tema de grande relevância e de amplo contexto, o presente estudo delimita-se a buscar os principais indicadores (diretos e indiretos), que caracterizam o desenvolvimento social gerado pela implantação da Universidade Federal de Campina Grande, no município de Sumé/PB. Embora diversos estudos abordem as contribuições de uma instituição de ensino e seus benefícios nos municípios, acredita-se ser pertinente conhecer as características e particularidades do município de Sumé/PB e região.

Define-se como objetivo principal desse estudo, conhecer as contribuições para o desenvolvimento social do município de Sumé/PB, após a implantação da Universidade Federal de Campina Grande e, para o cumprimento das metas estabelecidas foram traçados como objetivos específicos a análise de indicadores de desenvolvimento social, após a chegada da Universidade Federal de Campina Grande, bem como avaliar os impactos diretos e indiretos provocando pela presença de um centro universitário no município.

Como instrumento norteador, será aplicado a metodologia da pesquisa exploratória. Para melhor desenvolvimento do presente estudo, ele foi estruturado em capítulos, que contém referencial teórico, descrevendo os autores mais relevantes e utilizados na construção do estudo, uma viagem histórica com embasamento da evolução das políticas públicas de democratização

e expansão do ensino superior no Brasil e apresenta detalhes da metodologia de trabalho, bem como a análise dos indicadores apresentados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.

O surgimento da universidade no Brasil acontece muito tardiamente conforme afirma Cunha (2007), apenas no século XIX, após o período colonial, nascendo atrelada às faculdades isoladas do início daquela época. Ainda na visão do autor, não há como definir datas precisas para expansão do ensino superior no país. A história da educação registra no país o início das atividades educacionais (básicas) em 1549, graças a chegada dos padres jesuítas. A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas ‘aulas régias’, a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas. (NISKIER, 2001).

Durante toda a trajetória da história brasileira, a educação sempre foi e será a base da nossa sociedade. Desde o descobrimento do Brasil até os dias atuais, o sistema educacional passou por várias transformações, e em uma retrospectiva histórica, destacamos os principais fatos e modelos utilizados no sistema educacional. Partindo do período colônia, onde o ensino era responsabilidade dos jesuítas, embasados no modelo das ordens religiosas, destacamos a ordem “Companhia de Jesus”, criada por Inácio de Loyola, em 1540, após nove anos (1549), de aplicação no Brasil, quando os primeiros padres chegaram ao país, a principal atividade educacional da Companhia de Jesus, era a catequização dos índios e os serviços religiosos para os colonos, tendo como responsável o Padre Manoel da Nóbrega (1549 a 1553) foi implantado o primeiro sistema educacional, direcionada a construção de “recolhimentos” os bons costumes, o alfabeto e o latim, direcionados para o ensino profissional agrícola. O fruto deste trabalho gerou o primeiro colégio jesuíta fundado no Brasil, no estado da Bahia em 1550. Três anos após sua inauguração (1553), começou a funcionar o curso de Humanidades, posteriormente no ano de 1572, contava com os cursos de Artes e Teologia. Segundo (FRANÇA, 1952), “Ao longo destes duzentos anos de atividade, a ordem de Inácio chegou a dirigir 578 colégios, 150 seminários e 728 casas de ensino no mundo.

Diversas modificações ocorrem depois da implantação do colégio jesuíta, o fato mais marcante na história foi a presença do príncipe regente, D. João, que alterou o ensino focado nas Humanidades, o ensino voltado às Ciências, ainda com caráter teológico, teve um fies profissional, prático, com o objetivo de formar profissionais para o trabalho administrativo e político, segundo Romanelli (1983, p. 38):

A presença do príncipe Regente, D. João, por 12 anos, trouxe sensíveis mudanças no quadro das instituições educacionais da época. A principal delas foi sem dúvida, a criação dos primeiros cursos superiores (não-teológicos) na Colônia. Embora organizados na base de aulas avulsas, esses cursos tinham um sentido profissional prático. Dentre as escolas superiores, distinguiram-se a Academia Real da Marinha e a Academia Real Militar, está mais tarde transformada em Escola Central e Escola Militar de Aplicação, que tiveram a incumbência de formar engenheiros civis e preparar a carreira das armas. Os cursos médico-cirúrgicos da Bahia e do Rio de Janeiro foram as células das nossas primeiras Faculdades de Medicina. Não se pode omitir a criação de um curso de Economia Política, que ficou a cargo de José da Silva Lisboa. O Gabinete de Química organizado na Corte e o Curso de Agricultura criado na Bahia, em 1812, foram duas tentativas de implantação do ensino técnico superior, que, se não vingaram, pelo menos tiveram o mérito de trazer para a Colônia opções diferentes em matéria de educação superior [...].

Neste período existia pouquíssimas escolas de primeiro e segundo graus, sendo que a maior atenção e recursos era voltada para o ensino superior, onde o interesse era a formação de mão-de-obra para as funções burocráticas. Com o passar dos anos 1889, o golpe militar, criou um novo formato de governo (República), esse formato passou por dois caminhos: “poder de fato do governo provisório nascido do fato do golpe militar e um futuro poder de direito legitimado pelo voto popular e expresso em uma Assembleia Constituinte” (FÁVERO, 1996, p. 69).

Foram adotadas medidas importantes como a descentralização do ensino, onde o ensino superior ficou em segundo plano, o Estado respondia pelo ensino primário e profissional. Outro fator de grande relevância que ocorreu no governo de Getúlio Vargas foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), que promoveu a reforma de 1931, a proposta do ministerial criou vários decretos, chamados de Reforma Francisco Campos. Nesse sentido:

Francisco Campos, ministro do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública (1930), procurou estruturar o sistema de ensino nacional através de cinco decretos baixados entre abril e junho de 1931 e um outro complementar, datado de 1932. Foram eles: a) Decreto que criou o Conselho Nacional de Educação (nº 19.850, 11/4/1931). b) Decreto que organizou o ensino superior no Brasil e adotou o regime universitário (nº 19.851, 11/4/1931). c) Decreto que organizou a Universidade do Rio de Janeiro (nº 19.852, 11/4/1931). d)

Decreto que organizou o ensino secundário (nº 19.890, 18/4/1931). e) Decreto que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador (nº 20.158, 30/6/1931). f) Decreto que consolidou as disposições sobre o ensino secundário (nº 21.241, 14/4/1932) (PIMENTA, 1990, p. 30-31).

A partir deste momento registra-se a primeira estrutura do ensino em nível federal, onde foi instituído o Conselho Nacional de Educação, a proposta de Francisco Campos abordou à reformulação do ensino secundário, composta por duas etapas. Ensino fundamental, duração de 05 anos, chamada de ginásio e a complementar, duração de 02 anos, focando a preparação para o ensino superior. Nesta estrutura não foram contemplados o ensino primário, ensino normal e ensino técnico. No ano de 1942, o então Ministro da Educação e Saúde Pública, deu início às reformas educacionais, conhecidas como Leis Orgânicas do Ensino. Conforme (SAVIANI, 2011b, p. 267).

O processo de expansão do ensino superior privado no país ocorreu entre os anos 1960 a 1980, antes foi priorizado o ensino profissionalizante, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado em 1942, e na sequência, o ensino industrial, em 1946, foi apresentada a Lei Orgânica do Ensino Normal. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) foi regulamentado em 1946, no mesmo ano foi a vez da Lei Orgânica que regulamentou o ensino agrícola. O ensino profissionalizante, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, financiado pelos industriais, o que definiu esse modelo para a formação de mão-de-obra para as indústrias. Conforme Ghiraldelli (2001, pp. 87-88), nos diz:

O sistema de ensino profissionalizante instituído pela Reforma Capanema não atendeu aos interesses imediatistas da industrialização crescente. O país modernizava-se rapidamente e o parque industrial exigiu uma qualificação de mão de obra que o sistema público de ensino profissional, recém-criado, não poderia fornecer em curto prazo. Além, do mais, as classes médias, que procuravam a escola pública, não estavam interessadas na profissionalização precoce. Alimentadas pelo desejo de ascensão social de modo individual, as classes médias se esforçavam por manter os filhos no ensino secundário, propedêutico ao ensino superior. Diante disso, o governo estado vista acabou por criar um sistema de ensino profissionalizante em paralelo com a rede pública. Organizou-se o SENAI e o SENAC, em convênio com a Confederação Nacional das Indústrias e Confederação Nacional do Comércio. Mais ágeis e rápidos na formação de mão-de-obra qualificada, o SENAC e o SENAI tiveram um crescimento vigoroso após o término da ditadura varguista. Além do mais, no SENAC e no SENAI, ao contrário da rede pública de ensino profissionalizante, os alunos passaram a receber um salário para estudar e iniciaram treinamento nas próprias empresas, o que tornou essa rede de ensino mais atrativa para as classes populares.

O ano de 1968 foi marcado pela reforma universitária, com um viés empresarial, a departamentalização dos cursos, a opção de matrícula por disciplina, o processo seletivo unificado e classificatório. Segundo explica Ghiraldelli (2001, p.112):

A Lei 5.540/68 criou a departamentalização e a matrícula por disciplina, instituindo o curso parcelado através do regime de créditos. Adotou-se o vestibular unificado e classificatório, o que eliminou com um passe de mágica o problema dos excedentes (aqueles que, apesar de aprovados no Vestibular, conforme a média exigida, não podiam efetivar a matrícula por falta de vagas). Este problema dos excedentes, na verdade, ficou longe de ser resolvido, uma vez que a nova lei apenas usurpou o direito de matrícula dos estudantes já aprovados no Vestibular. De fato, o problema de democratização do ensino superior foi “resolvido” pela ditadura militar com o incentivo à privatização do ensino – na década de 70 o governo colaborou com a abertura de cursos de 3º grau de duvidosa idoneidade moral. Aparentemente simples, tais medidas provocaram, ao longo dos anos, uma profunda alteração na vida universitária e na qualidade do ensino.

Segundo Sguissardi (2006, p.26), “o Brasil tem um atraso de dois a três séculos no quesito universidade em relação aos demais países da América Latina, ainda que se considerem as primeiras experiências brasileiras – Manaus (1909), São Paulo (1911) e Curitiba (1912)”. Ainda visão do autor, os principais fatos ligados ao ensino superior, estão relacionados com a criação das principais universidades do país, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Universidades do Brasil.

Ano da Fundação	Universidade
1911.	Universidade de São Paulo (não é a atual USP),
1912.	Universidade do Paraná (Curitiba)
1920	Universidade do Rio de Janeiro
1962.	UnB - Universidade Federal de Brasília

De acordo com Martins (2002, p.27), o período de 1931 a 1945 foi marcado por intensa disputa pelo controle da educação entre lideranças laicas, para o autor, “as ambições da Igreja Católica eram maiores e culminou com a iniciativa da criação das suas próprias universidades na década seguinte”. No ano de 1931 foi aprovado o regime universitário no Brasil, conforme o Decreto n. 19.851, o qual:

Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. (BRASIL, 1931).

Datado em 11 de agosto de 1971 a nova Lei de Diretrizes e Base para o Ensino de primeiro e segundo graus, agrupando o ciclo ginásial como ensino de 1º grau, e eliminando o exame de admissão, assim atendo todos os alunos na faixa etária dos 7 a 14 anos. O segundo grau passou a ser totalmente profissionalizante. Os modelos educacionais sempre foram ligados diretamente aos modelos políticos e a situação econômica, conforme relata, Nadai (1990, p. 281):

Entre 1981 e 1983, o Brasil havia mergulhado na sua pior crise econômica, que ocasionara sérios efeitos sobre o conjunto da sociedade: reduziu o patamar geral do investimento, concentrando-o na produção de gêneros para a exportação e para a substituição das importações (“exportar é a solução” apregoavam os tecnocratas da ditadura); provocou elevadíssimas taxas de inflação e de juros; acarretou significativas perdas reais nos salários (sobretudo os médios), ocasionando redução do consumo de bens duráveis. Além disso, a redução das atividades produtivas e a aceleração inflacionária fizeram cair a receita tributária, ao mesmo tempo em que o governo continuava a subsidiar determinados setores empresariais, surgindo, assim, um forte déficit do chamado “orçamento monetário”, que era financiado pela expansão da dívida pública interna. Tudo isso culminou com a expansão do setor financeiro, fazendo com que o capital aplicado no “comércio de dinheiro” fosse o mais lucrativo. Foi a montagem da chamada “ciranda financeira” que beneficiava os especuladores em detrimento dos setores produtivos, principalmente da classe trabalhadora.

Nesta época novos modelos políticos foram adotados nos países, seguindo a linha do neoliberalismo, e a global econômica, onde passamos a ter uma maior concorrência de mercado, exigindo maior qualificação para arrumar ou manter um emprego, fato que afetou diretamente a educação, com prioridade para o desenvolvimento de competências e habilidades, sendo implantado no ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional norteou todos os níveis da educação escolar, sendo a base deste documento composta por duas partes, onde a primeira engloba a educação básica, composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e a segunda, a educação superior.

Também foi contemplada a educação de jovens e adultos (EJA), qualificação profissional, a educação especial, a educação indígena e atendendo aos novos paradigmas da tecnologia a Educação a Distância (EAD). O principal objetivo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 foi à erradicação do analfabetismo no país. Observamos os

números e resultados da atual política educacional, com a implantação dos modelos traçados pela referida legislação, conforme dados do MEC/INEP. (BRASIL. MEC.INEP, 2000).

Uma mudança importante foi a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394 de 1996, que deu autonomia às universidades para abrir e fechar cursos (DIÓGENES, 2012, p.122). A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional criou, entre outras normas, novas exigências com relação à titulação para o corpo docente das instituições de ensino superior e novos mecanismos de avaliação para funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - Produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - Um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - Um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

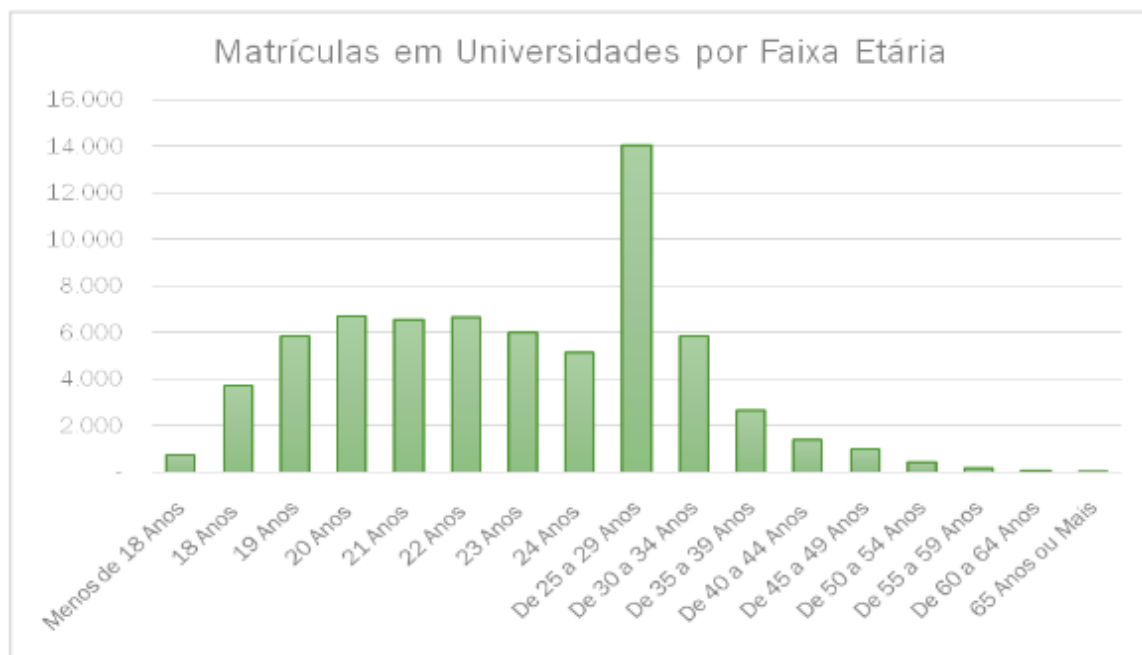
Conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Universidade de Federal de Campina Grande, foi criada pela Lei n. 10.419 de 09 de abril de 2002. Destaque-se que “sua criação ocorreu a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba, reconhecida como uma instituição de ensino superior com excelente padrão de qualidade expresso em termos de ensino, pesquisa, extensão e produção acadêmico-científica”. O Campus de Sumé conta com o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública e Licenciatura em Ciências Sociais, no período noturno, e os Cursos Superiores de Tecnologia em Agroecologia, Bacharelado em Engenharia de Produção, Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos, Engenharia de Biosistemas e Licenciatura em Educação do Campo sendo ofertado no período diurno.

Orgulho regional e destaque nacional nas ciências agrárias, sociais e tecnológicas, a Universidade Federal de Campina Grande obteve conceito 4 no Índice Geral de Cursos (IGC), na avaliação do Ministério da Educação e Cultura, fato que posiciona a UFCG como uma das melhores do Nordeste e do Brasil. Contando com quadro de colaboradores, formado por 1.692 professores e 1.408 técnico-administrativos, a UFCG oferece 77 cursos de graduação, contando com aproximadamente 17 mil alunos, e 39 pós-graduação stricto sensu -12 doutorados e 27 mestrados, sendo dois profissionais e três mestrados em Rede, com 2 mil alunos matriculados.

(CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior da Colônia À Era Vargas. 2007. 3rd ed.)

Sobre os indicadores da educação no Estado da Paraíba, que tem 1.061.026 alunos matriculados na educação básica, conforme o Censo Escolar INEP, 2011. Sendo, 143.091 no ensino médio, 83% dos alunos matriculados, estão nas regiões urbanas. A rede de ensino paraibana contabiliza 46.127 docentes, com um total de 9.428 docentes que atuam no ensino médio. Um fato muito relevante é que desse total apenas 66% dos docentes têm formação superior e 25% o curso Normal/Magistério. Sendo que dos profissionais com educação superior, 82% tem licenciatura e apenas 4% não. Já no Estado da Paraíba existem 03 universidades, sendo todas públicas, e apenas uma com localização na capital e as demais no interior, juntas totalizando 67.207 alunos matriculados. Já o sistema privado de Ensino Superior tem um total de 44.653 matrículas.

Gráfico 1 - Número de matrículas em universidade por faixa etária (2011).



Fonte: INEP (2011).

Neste contexto, o número de vagas ofertadas e preenchidas, mostra um grande “vácuo”, para as vagas ociosas, sendo considerado que a Universidade Federal de Campina Grande é uma instituição com 7 campi e 95 cursos diferentes. Esse indicador “Número de Matrículas e Vagas Ociosas Por Área de Conhecimento e Por Modalidade”, torna-se importante:

Tabela 2 - Número de Matrículas X Vagas (Agosto/2014).

Rótulos de linha	Soma de alunos matriculados	Soma de vagas ociosas
Bacharelado	10741	4663
Ciências Agrárias	848	367
Ciências Biológicas e da Saúde	2140	707
Ciências Exatas e Tecnológicas	5048	2602
Ciências Humanas e Sociais	2705	987
Licenciatura	4378	2516
Ciências Biológicas e da Saúde	739	112
Ciências Exatas e Tecnológicas	938	733
Ciências Humanas e Sociais	2701	853
Tecnológico	278	46
Ciências Agrárias	145	17
Ciências Humanas e Sociais	133	29
Total Geral	15397	6407

Fonte: (PRE, 2015).

Também consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2019), que a Universidade Federal de Campina Grande é valorizada a utilização de práticas metodológicas diversificadas, respeitando a autonomia do docente na definição da melhor abordagem pedagógica admitida em cada disciplina, entendida como aquela que melhor se adéqua às turmas e à natureza da matéria a ser trabalhada.

Com um crescimento exponencial, a Universidade Federal de Campina Grande tem grande número de cursos na modalidade presencial e, ainda, oferta cursos a distância, devendo garantir amplo espaço geográfico, ampliando os limites da universidade além das suas instalações físicas e permitindo o atendimento para todo o território nacional. O Decreto-lei n. 5.622, de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que regulamentou o artigo 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), que trata da Educação à distância (EAD) no Brasil.

“Modalidade de educação a distância realizada via internet, cuja comunicação ocorre de forma síncrona ou assíncrona” (ALMEIDA, 2003, p. 332). Um forte exemplo dessa modalidade é a Universidade Aberta do Brasil (UAB), que foi criado pelo Ministério da Educação em 2005 (ZUIN, 2006) e regulamentado pelo Decreto n. 5.800, de 08 de junho de

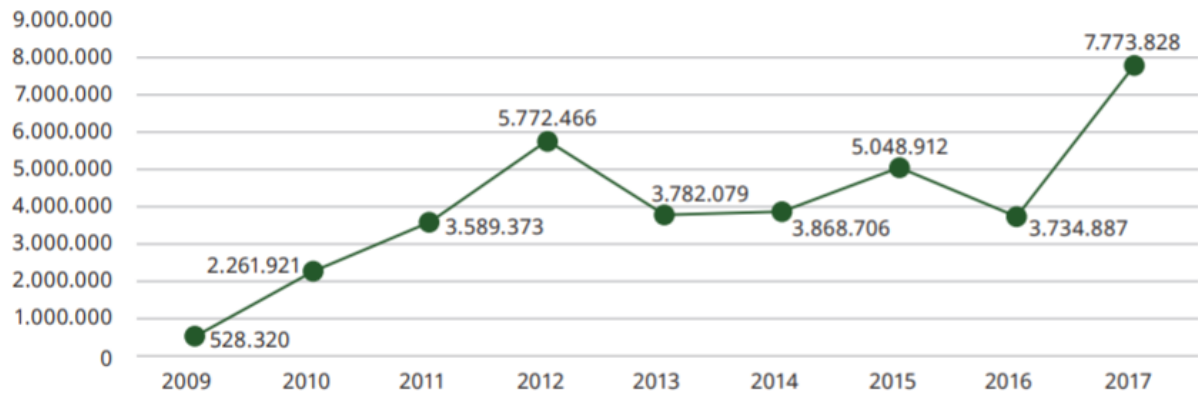
2006, constituindo uma parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e “demais interessados” (ZUIN, 2006, p. 943).

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) contribuem cada vez mais para melhoria e apoio aos meios educacionais, neste contexto, a modalidade de educação à distância vem crescendo e se solidificado cada vez mais, Lopes (2009, p. 20), ressalta a importância de “resgatar uma reflexão a respeito da incorporação das novas tecnologias e a velocidade na produção e transmissão do conhecimento em escala global”. Com as novas regulamentações dessa modalidade, surge também necessidade de profissionais qualificados, para atuar nesse seguimento.

Para melhor compreensão da educação à distância e seus propósitos, faz-se necessário analisar toda sua história e metodologia no processo ensino aprendizagem. Ainda que para muitos essa modalidade de ensino é considerada como uma novidade, o primeiro registro de curso a distância, foi datado em 1728, na cidade de Boston, nos Estados Unidos, onde o professor Caleb Phillips, ofereceu um curso de Taquigrafia, por correspondência. Desta data em diante não parou mais de crescer, já no século XIX, a educação à distância foi utilizada em diversos outros países. No Brasil, o seu primeiro registro foi no ano de 1094, através do Jornal do Brasil, que ofereceu um curso de datilografia.

Em 1920, foram transmitidos os primeiros cursos por radiodifusão, nas décadas de 1940 e 1950, iniciou-se os cursos profissionalizantes, através do Instituto Monitor e do Instituto Universal Brasileiro, finalmente do ano de 1996, a educação à distância atinge seu grande auge através da lei de diretrizes e bases, que legalizou a educação à distância como uma modalidade de ensino válida em todo território nacional. No ano de 2017, através do Decreto n. 9.057, de 25 de maio, a nova regulamentação da educação a distância, entre outras determinações, permite que as instituições de ensino superior ampliem a oferta de cursos superiores de graduação e pós-graduação na modalidade a distância.

A Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) divulgou dados do censo sobre a educação à distância, referente ao ano de 2017, confirmando o crescimento dessa modalidade, principalmente depois do decreto 9.057, com expectativa para um novo recorde no ano de 2018, que só no primeiro semestre o teve 132 mil matrículas, na figura abaixo, observa-se evolução das durante os anos, conforme a contabilização do Censo EAD.BR:

Gráfico 2 - Evolução das Matrículas em EAD

Fonte: (Censo EAD.BR - ABED)

O perfil dos alunos que procuram a educação à distância não se difere muito dos alunos da modalidade presencial, referente ao gênero uma proporção igualitária, na classe econômica, temos a seguinte classificação:

- Classe A: renda familiar de mais de 20 salários mínimos (mais de R\$ 18.740,01);
- Classe B: renda familiar de 10-20 salários mínimos (R\$ 9.370,01-R\$ 18.740,00);
- Classe C: renda familiar de 4-10 salários mínimos (R\$ 3.748,01-9,370,00);
- Classe D: renda familiar de 2-4 salários mínimos (R\$ 1.874,01-R\$ 3.748,00);
- Classe E: renda familiar de até 2 salários mínimos (R\$ 1.874,00);

E os resultados revelaram o predomínio das classes C, D e E, com 34%, para os cursos totalmente a distância. A maioria dos alunos nos cursos a distância ou semipresenciais, são oriundos da escola pública (entre 63% e 66%), já a faixa etária, em sua grande maioria, 47,7%, está entre 26 e 30 anos, e 30%, com idade média entre 31 e 40 anos.

Um fator que aproxima a instituição e a comunidade, em especial a cidade Sumé, o que consta no próprio PDI, a oferta de bolsas de estudos para os programas de pós-graduação. O instrumento prevê uma meta de melhoramento do conceito dos cursos de pós-graduação, bem como aumentar o número de bolsas ofertadas em uma taxa de 5% ao ano.

Tabela 3 - Bolsas Aplicadas.

Programa	Dez/2012			Dez/2013			Ago/2014		
	M	D	Total	M	D	Total	M	D	Total
Computação	36	27	63	38	31	69	35	26	61
Materiais	24	42	66	24	47	71	24	43	67
Florestais	18	—	18	19	—	19	18	—	18
Biotecnologia	—	—	—	5	—	5	8	—	8
Ciências Sociais	32	19	51	32	19	51	29	22	51
Agrícola	33	49	82	36	55	91	32	42	74
Civil	30	—	30	34	—	34	30	—	30
Processos	—	40	40	—	53	53	—	31	31
Elétrica	22	47	69	21	54	75	22	52	74

Fonte: (PDI, 2015 – 2019).

Entre seus programas, destaca-se também a preocupação da instituição com a qualificação de seus docentes e colaboradores, onde a UFGC, realiza inúmeras atividades, como “projetos, ações e relações que se estabelecem por meio da diversidade de áreas do conhecimento atendidas pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão”. Essas atividades visam fortalecer as parcerias com a comunidade por meio de ações como: “oferta de cursos que atendem as necessidades regionais; atividades de estágio; eventos e atividades acadêmicas que proporcionam interação social; e programas de incentivo à permanência que impactam social e economicamente a sociedade”.

Prevendo a integração social, o bem-estar da comunidade e fortalecimento da instituição, está descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2019), Plano Relações e Cooperções com a Comunidade, Instituições e Empresas. As ações merecem destaque pela participação e integração da comunidade nos fóruns que procuram projetos e parcerias de incremento ao desenvolvimento, oferecendo à sociedade um arcabouço de contribuições técnicas e de saberes das mais diferentes áreas de conhecimento, bem como uma infraestrutura, cercada de recursos tecnológicos e a colaboração de uma equipe qualificada de servidores e docentes, administrativos, entre outros. Firmar convênios e acordos de Cooperação Técnica, com as Instituições Públicas e Privadas, OCIPS e ONGs, Prefeituras Municipais, Governo Estadual e Federal, Universidades, Escolas e outras organizações, é um diferencial,

que caracteriza muito mais que a contribuição social, está ligada diretamente ao desenvolvimento social e viabilidade de ações para promover a interação entre a UFCG e a comunidade.

Ações como oferta de Cursos de Especialização e de Estrado Profissional, Políticas de Extensão, Reforma Administrativa da Coordenação de Extensão Cultural, Criação do Programa de Bolsas em Extensão Cultural, Incrementar as ações de extensão por meio de programas governamentais, como:

Reuni Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), sendo o que Ministério da Educação e Cultura, como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior, onde o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. (MEC, 2010).

FIES O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. (MEC, 2010).

PROUNI É um programa do Ministério da Educação, criado pelo governo federal em 2004, que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.

Implementação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Campina Grande no município de Sumé/PB.

O Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA) contempla o Plano de Expansão Institucional (PLANEXP) da Universidade Federal de Campina Grande, com o objetivo de democratizar o acesso à Universidade, dessa forma contribuiu o alcance das metas do Plano Nacional de Educação, destinado para o aumento do contingente de jovens de 18 a 24 no ensino superior. Suas atividades acadêmicas estão sediadas no município de Sumé, e tem como previsão o início das atividades em 28 de setembro de 2019. Muito além de inserir jovens em uma formação profissional de nível superior pública de qualidade, o projeto contribuir para a construção de um novo paradigma científico-tecnológico, que é “O desenvolvimento sustentável do semiárido, abrindo novas perspectivas econômicas, produtivas e educacionais para o seu povo e para a população que habita o Bioma Caatinga como um todo.” (CDSA, 2019).

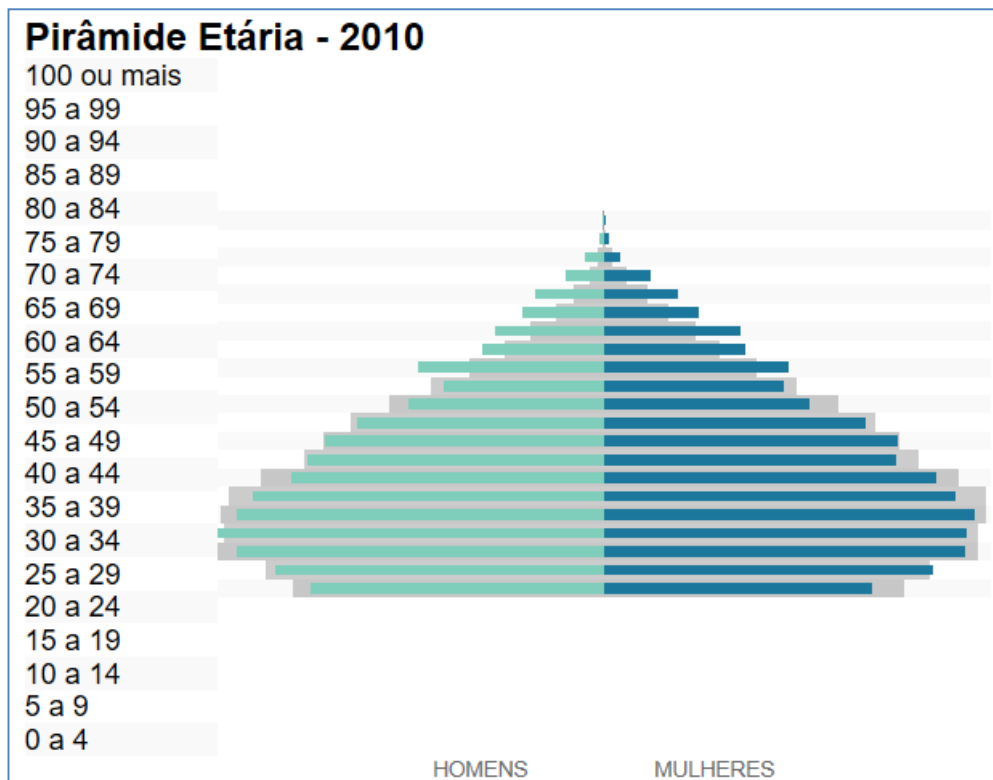
A tecnologia voltada para o desenvolvimento e revitalização das potencialidades econômicas do semiárido brasileiro, considerando suas vulnerabilidades naturais – o que supõe um compromisso de responsabilidade ambiental –, seus processos produtivos – o que determina um desenvolvimento de Ciência e Tecnologia sobretudo inovador – e suas dramáticas contradições socioeconômicas – o que impõe a perspectiva de um projeto produtivo renovador e socialmente justo. (CDSA, 2019).

O CDSA atuará em duas frentes: sendo a primeira a formação de professores para a educação do campo e a segunda a capacitação de profissionais para o desenvolvimento e gestão de projetos no âmbito das políticas públicas e do setor produtivo. Constituindo assim sua estrutura acadêmico-administrativa:

Unidade Acadêmica de Educação do Campo (UAEDUC) – Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Unidade Acadêmica de Gestão Pública (UAGESP) – Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UAC!S) – Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Unidade Acadêmica de Tecnologia do Desenvolvimento (UATEC) – Curso de Engenharia de Biosistemas e Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia, Unidade Acadêmica de Engenharia de Biotecnologia (UAEB) – Engenharia de Biotecnologia e Bioprocessos. Unidade Acadêmica de Engenharia de Produção (UAEP) – Engenharia de Produção.(CDSA, 2019).

Os benefícios para o município de Sumé, serão gigantescos, atualmente a cidade possui 16.864 habitantes, conforme o censo de 2010, realizado pelo Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que também apresentou características dos moradores, detalhando o perfil dos habitantes Sumeenses.

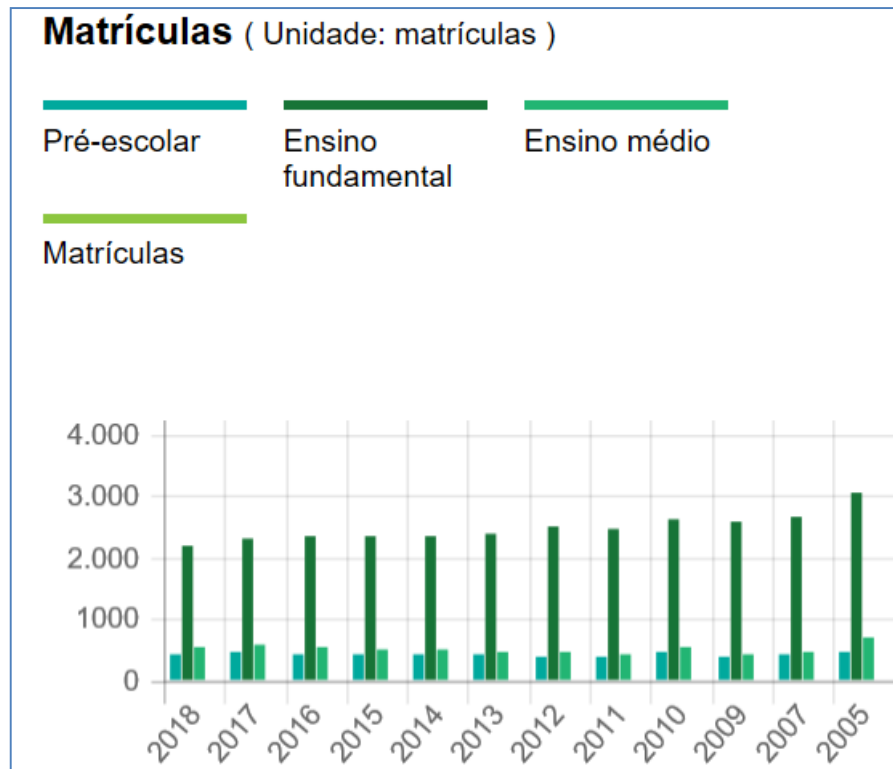
Figura 1 - Faixa Etária.



Fonte: (IBGE, 2010).

Segundo o IBGE, (2010), a média salarial, era de 1.7 salários mínimos, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8.5. Na economia, o PIB per capita é de R\$ 9.496,57. Na Saúde a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 4.42 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 7.9 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 154 de 223 e 15 de 223, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 4045 de 5570 e 375 de 5570, respectivamente. Mortalidade Infantil 4,42 óbitos por mil nascidos vivos. A rede de Esgoto sanitário adequado é 24,2 %,

A Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade 97,5 %, comparando a outros municípios no país de 5570º, ocupa a 2904º, no Estado de 223º, ocupa a 106º posição, e na microrregião 9º posição de 17º.

Gráfico 3 - Número de Matrículas.

Fonte: Construído com os dados da pesquisa.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Conhecer as contribuições para o desenvolvimento social do município de Sumé, após a implantação da UFCG, e assim para o cumprimento das metas estabelecidas.

3.2 Objetivo Específico

- Análise de indicadores de desenvolvimento social, após a chegada da UFCG;
- Compreender os Planos e projetos da UFCG.

4 METODOLOGIA

Considerando que a proposta deste estudo, não é apresentar soluções para os problemas acadêmicos ou da população de Sumé, com a implantação da UFGC, e sim analisar seus impactos e contribuições para o desenvolvimento social, recorre-se a pesquisas e questionários e diversas referências bibliográficas, onde relevados autores com importantes contribuições literárias, foram analisados e nortearam o estudo em questão.

Será utilizado com instrumento norteador a pesquisa exploratória, para identificar os fatos pertinentes ao objetivo de estudo e/ou problematização que será a base para futuros trabalhos, visando assim conciliar os conhecimentos científicos, da realidade praticada, buscando resultados inovadores. Justifica-se a escolha dessa metodologia de pesquisa, pela necessidade de unir o maior número de referências bibliográficas, com a construção do tema. De acordo com Gil (2007), a metodologia de pesquisa deve ser escolhida conforme seus objetivos. “Primeiro passo de todo trabalho científico.

Objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema (fenômeno a ser investigado), com vista a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses”. Malhotra (2004), ressalta a importância da pesquisa exploratória, citando que:

A pesquisa exploratória, ajuda na compreensão do problema enfrentado pelo pesquisador, de maneira que identifique aspectos relevantes ou obtenha dados adicionais para o desenvolvimento de uma abordagem. Com isso, pode se ver a importância deste tipo de pesquisa para contribuir com outros trabalhos, bem como com outros tipos de pesquisa, como a descritiva e a exploratória.

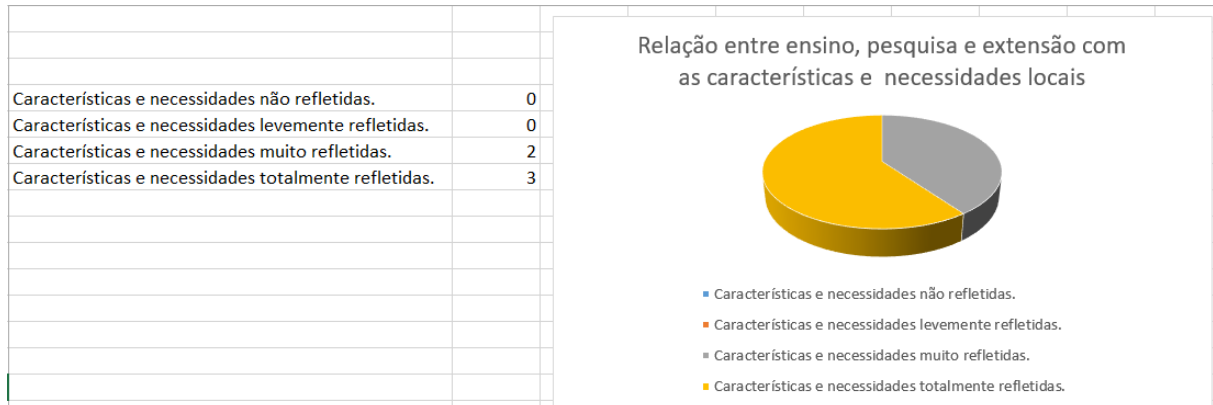
Na prática, a pesquisa exploratória, é uma forma de delinear as bibliografias em busca de fato relevante, direcionando a construção do projeto, com base nas informações coletadas durante o período de exploração, outro ponto de grande contribuição desta metodologia é oferecer condições para que o pesquisador tenha uma noção mais realista do contexto, das variáveis e principalmente do assunto pesquisado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para mensurar os indicadores, foi desenvolvido e aplicado um questionário para 5 (cinco) pessoas pois viu-se a coerência e repetição entre suas respostas dentre elas, o maior dono de supermercado da cidade, o maior dono de aluguéis de Sumé e mais um aluno da UFGC,

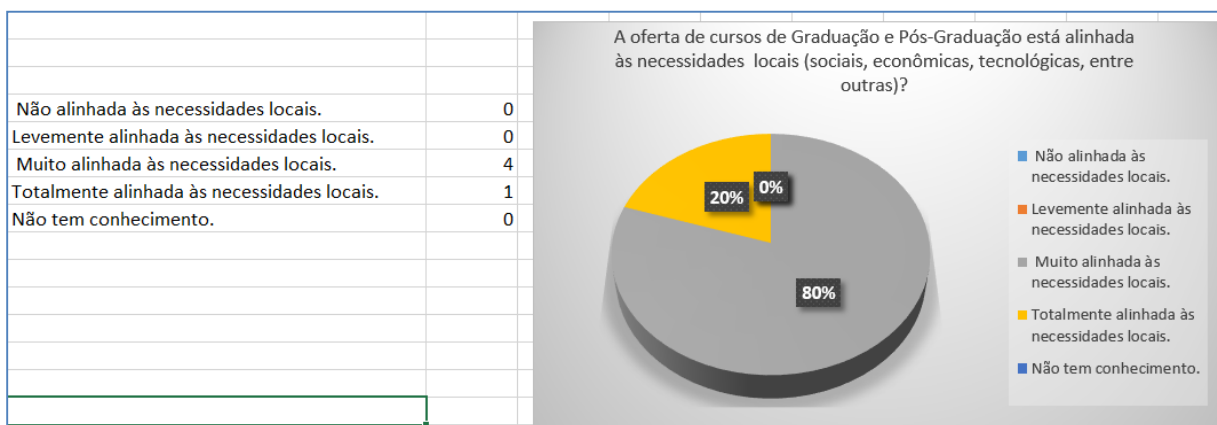
e duas pessoas do meio social que responderam no período de uma semana do mês de maio de 2019 as seguintes questões.

Pergunta 1: As características e necessidades locais estão refletidas nas políticas gerais de ensino, pesquisa e extensão do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Campina Grande?



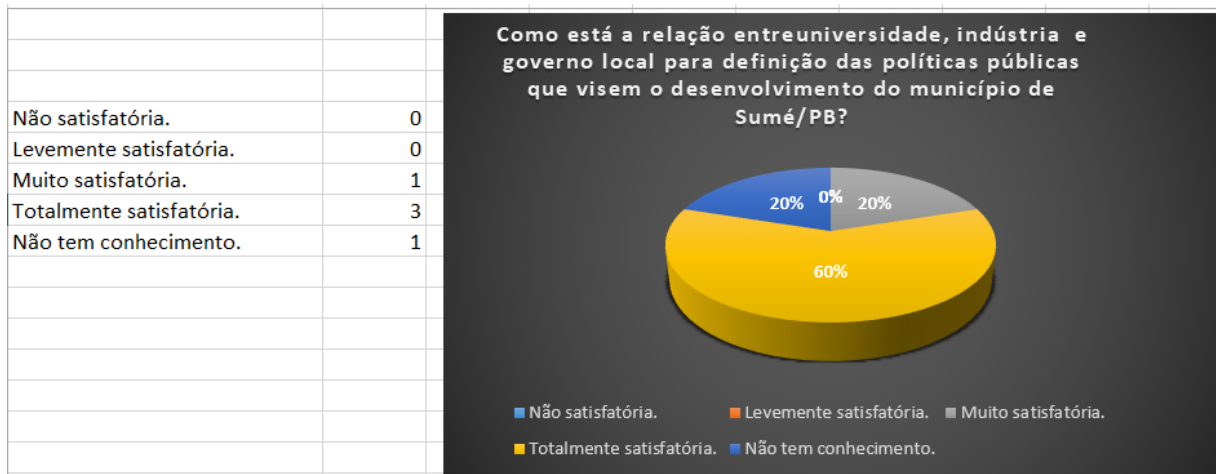
Observa-se na resposta da primeira questão, a importância do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Campina Grande, onde as características e necessidades locais estão refletidas nas políticas gerais de ensino, estão muito ou fortemente alinhando com necessidades locais.

Pergunta 2: A oferta de cursos de Graduação e Pós-Graduação está alinhada às necessidades locais (sociais, econômicas, tecnológicas, entre outras) tendo em vista a realidade local e os planos da UFCG?



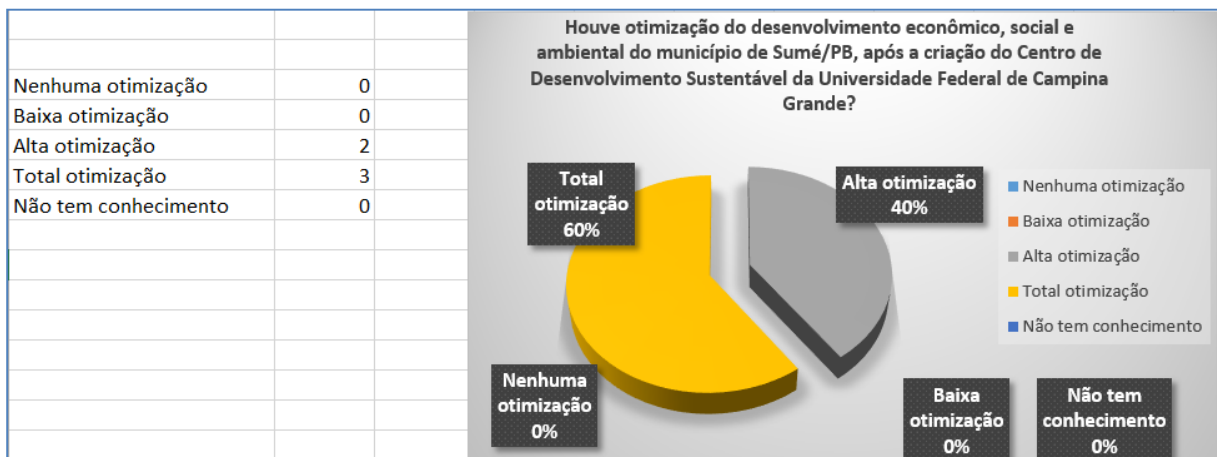
A resposta 2, revela que a UFCG, está atenta com a realidade da sua comunidade, ofertando cursos pertinentes, que gera a possibilidade real, de crescimento profissional e empregabilidade.

Pergunta 3: Como está a relação entre universidade, indústria e governo local para definição das políticas públicas que visem o desenvolvimento do município de Sumé/PB?



A importância da socialização entre a instituição de ensino e a comunidade, adoção de políticas públicas para melhorias do município e em especial da vida das pessoas, é um fator primordial das grandes Universidades Brasileiras. Observa que a maioria está totalmente satisfeita.

Pergunta 4: Houve otimização do desenvolvimento econômico, social e ambiental do município de Sumé/PB, após a criação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Campina Grande?



Fica visível através do gráfico que os questionados sentiram a otimização do desenvolvimento econômico, social e ambiental do município de Sumé/PB, após a implantação da UFCG, através de seus programas sociais, equipe de técnica, colaboradores qualificados e corpo docente.

Pergunta 5: Quais ações você acredita que o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal de Campina Grande precisa implementar para a melhoria do desenvolvimento do município de Sumé/PB?

A resposta discursiva, teve em suma as respostas que apontaram para as oportunidades de acesso à Universidade, de forma democrática e facilitada.

5 CONCLUSÃO

Ao concluir esse estudo, observa a enorme importância da Universidade Federal de Campina Grande, para o município de Sumé, contribuindo fortemente para o desenvolvimento social, através de inúmeros programas e com uma equipe de colaboradores e docentes.

Observou que a UFCG, está conectada com a realidade do município, e busca soluções para melhoria dos moradores e não apenas para os seus alunos. Bem como através da análise de indicadores quantitativo e qualitativos, apresentando no decorrer desse estudo, é possível mensurar um arcabouço de projetos e medidas adotadas pela instituição para aproximar o pedagógico com o social, em especial o projeto Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), contempla o Plano de Expansão Institucional da UFCG, visando democratizar e facilitar o acesso à universidade.

Em uma viagem ao longo tempo, foi encontrado, modelos e normas educacionais, bem como a evolução do ensino superior no Brasil, marco com a lei de diretrizes e bases – LDB/96, entre outros. Também foi apresentando as características da UFCG, mostrando suas estruturas, campi, composição em número de colaboradores, docentes, alunos e matrículas. Destacando-se o seu PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, que muito atenta para as questões sociais e um ensino de qualidade.

Por fim o questionário aplicado, permitiu uma melhor visão, sobre a opinião da população sobre a instituição, mostrando que ela está caminho correto e contribuindo para o desenvolvimento social da cidade de Sumé.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. **Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, 20 dez. 2005

CDSA - Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, disponível em: <http://www.cdsa.ufcg.edu.br/cdsa/o-centro.html>. Acessado 29 maio 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da Colônia À Era Vargas.** 3ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007^a

FÁVERO, O. **A Educação nas Constituintes Brasileiras: 1823-1988.** Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

FRANÇA, S. J. L. **O Método Pedagógico dos Jesuítas – O RatioStudiorum.** Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Editora e Livraria Agir, 1952.

GHIRALDELLI Jr, P. **História da Educação.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – **Censo 2010**, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sume/panorama>. Acessado em 30 maio.2019.

NADAI, E. **História do Brasil: da Colônia a República.** 13 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de História.** Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2^a. ed. Novo Hamburgo: UniversidadeFreevale, 2013.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930/1973).** Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

REUNI disponível em reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni 2010, acessado 20 maio 2019.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

ZUIN, A. A. S. **Educação a distância ou educação distante? O Programa Universidade Aberta do Brasil, o tutor e o professor virtual.** Educação & Sociedade, v. 27, n. 96, p. 935-54, 2006. <http://doi.org/10.1590/S0101-73302006000300014>